



CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS



08/06/2014

Fiscal de Tributos



CONCURSO PÚBLICO - PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTADAS

08 de junho de 2014

Nível Médio

Fiscal de Tributos

GABARITO DO CANDIDATO

01.	11.	21.	31.
02.	12.	22.	32.
03.	13.	22.	33.
04.	14.	24.	34.
05.	15.	25.	35.
06.	16.	26.	36.
07.	17.	27.	37.
08.	18.	28.	38.
09.	19.	29.	39.
10.	20.	30.	40.

Português

Texto I, para responder às questões 1 a 5.

SOFRIDA REPÚBLICA

Os desmandos expostos diariamente na mídia causam imenso prejuízo à nação. Além de dano econômico, resultam em consequências piores, de ordem imaterial. Geram dor, revolta e desesperança. A insegurança acarreta o medo e, com ele, a descrença nas instituições.

Notícias recentes revelam a onda de protestos que tomaram as ruas brasileiras. Depredações do patrimônio público e privado, incêndios, confrontos, morte. Não faltam motivos para o descontentamento que se percebe. A população tem muito a reivindicar aos poderes públicos, mas assombra-me a opção pela violência. Nosso país enfrenta grave crise, cuja origem está na falta de educação e de valores éticos.

A repetição do comportamento desprezível torna a vítima algoz da comunidade e nivela por baixo os cidadãos. Pretender fazer justiça com as próprias mãos inviabiliza a vida em sociedade e transforma-nos em reféns uns dos outros.

Urge o aparecimento de novas lideranças forjadas sobre sólida base ética, focadas no futuro, dispostas a dar o melhor de si em prol do outro, na busca da construção de uma realidade inclusiva, na qual prevaleça o bem-estar coletivo.

Deve-se abandonar a noção individual de sucesso, a fim de entender que a ausência de paz social impede-nos de usufruir até mesmo daquilo que se conquistou com tanto esforço. Há de se ter em mente que a vitória pessoal será sempre pequena quando for dissociada do contexto em que se vive, quando não se reverte em proveito alheio, quando estiver limitada ao ganho financeiro ou à obtenção do cargo público para dele se servir.

A sociedade paga o preço das escolhas que faz. Descabe insistir na infantil ideia de que as riquezas nacionais são do povo, mas os problemas pertencem apenas aos detentores do poder. É preciso socializar a responsabilidade pela mudança do que não deu certo.

A sociedade brasileira não é vítima. É sim autora – considerados os políticos que se valem do cargo eletivo não para servir ao outro, mas locupletarem-se. Enfim, quem os escolheu?

(Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello, ministro do Supremo Tribunal Federal e presidente do Tribunal Superior Eleitoral. In.: Folha de São Paulo, 02 de março de 2014. – com adaptações)

01 Buscando dar consistência ao seu texto, Marcos Aurélio Mendes de Farias Mello lança mão de estratégias argumentativas. Dentre as estratégias listadas abaixo, qual delas o autor emprega com mais frequência?

- a) Apelo emocional.
- b) Relação de causa e consequência.
- c) Comparação e contradição.
- d) Dados estatísticos.
- e) Argumentos de autoridade.

02 Marque F (falso) ou V (verdadeiro) para inferências a partir do texto:

- I) A descrença nas instituições ocasiona reivindicações violentas.
- II) Fazer justiça com as próprias mãos coaduna com os princípios da república.
- III) Não saber escolher governantes tem relação com falta de educação e ética.
- IV) Os políticos brasileiros são os únicos responsáveis pelos problemas do Brasil.

A sequência correta é:

- a) V F F V.
- b) V V F F.
- c) F F V V.
- d) V F V F.
- e) F V F V.

03 Ao concluir o texto com a frase interrogativa, o autor do texto utiliza uma estratégia discursiva que busca:

- a) Ratificar a ideia de que a sociedade brasileira é corresponsável pelos problemas existentes no Brasil.
- b) Levantar curiosidade que gera especulação acerca dos desmandos expostos diariamente na mídia.
- c) Produzir uma pergunta para simplesmente levar o leitor a pensar numa resposta plausível.
- d) Testar o grau de compreensão do leitor acerca dos preceitos republicanos que alicerçam a sociedade brasileira.
- e) Produzir um clima de suspense em relação ao assunto a ser discutido.

04) O principal objetivo do texto é:

- a) Apresentar o alto índice de violência da sociedade brasileira atual e suas causas.
- b) Denunciar os governantes no que diz respeito a sua omissão em relação ao combate à violência.
- c) Alertar os leitores da responsabilidade de cada um para que prevaleça o bem-estar coletivo.
- d) Denunciar a falta de fiscalização no que concerne o uso e os gastos do dinheiro público.
- e) Expor a indignação do autor em relação aos desmandos diariamente expostos na mídia.

05) Com base no fragmento *A repetição do comportamento desprezível torna a vítima algoz da comunidade e nivela por baixo os cidadãos* (3º§), é correto afirmar que o autor do texto

- a) defende a onda de protestos que tomaram as ruas brasileiras.
- b) insinua que os políticos têm comportamento desprezível frente a esses protestos.
- c) insinua-se contrário à máxima bíblica: “olho por olho, dente por dente”.
- d) supõe que seja conveniente o aparecimento de novas lideranças partidárias.
- e) repudia os atos de violência presentes nos protestos contemporâneos.

Texto II, para responder às questões 6 e 7.



(<http://photos1.blogger.com/blogger/3052/2867/1600/charge%2031-08.jpg>)

06) Em relação aos textos I e II, acima apresentados, a alternativa que traz a afirmação verdadeira é:

- a) Ambos os textos satirizam a incapacidade do eleitor brasileiro no concernente às escolhas de seus governantes.
- b) Ambos os textos chamam a atenção do eleitor brasileiro para sua responsabilidade na escolha de seus governantes.
- c) Ambos os textos são de gêneros intrinsecamente diferentes e, portanto, não podem se complementar, nem ser comparados.
- d) Ambos os textos ratificam a urgência do surgimento de novas lideranças forjadas sobre sólida base teórica.
- e) Ambos os textos objetivam denunciar a politicalha existente no Brasil.

07) Considerando os recursos linguísticos e imagéticos da charge, assinale as afirmações verdadeiras:

- I) A possibilidade de inferência de que o autor da charge refere-se ao eleitor brasileiro situa-se no texto não verbal.
- II) Pode-se acrescentar à primeira preposição *de* o artigo definido *as* [das drogas] mantendo-se o mesmo sentido e respeitando-se a regência formal.
- III) Na sentença *O maior traficante de drogas deste país é você*, há um pronome demonstrativo cuja função dêitica remete ao Brasil, recuperado através da imagem.
- IV) O emprego da vírgula na organização do texto verbal justifica-se pela presença do sujeito “mau eleitor”.

Estão corretas apenas:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, III e IV.
- e) II, III e IV.

Texto III, para responder às questões 8 e 9.

ADMIRÁVEL GADO NOVO

Vocês que fazem parte dessa massa
 Que passa nos projetos do futuro
 É duro tanto ter que caminhar
 E dar muito mais do que receber
 E ter que demonstrar sua coragem
 À margem do que possa parecer
 E ver que toda essa engrenagem
 Já sente a ferrugem lhe comer
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado
 Povo marcado eh! Povo feliz...
 Lá fora faz um tempo confortável
 A vigilância cuida do “normal”
 Os automóveis ouvem a notícia
 Os homens a publicam no jornal
 E correm através da madrugada
 A única velhice que chegou
 Demoram-se na beira da estrada
 E passam a contar o que sobrou
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado
 Povo marcado eh! Povo feliz...
 O povo foge da ignorância
 Apesar de viver tão perto dela
 E sonham com melhores tempos idos
 Contemplam esta vida numa cela
 Esperam nova possibilidade
 De verem este mundo se acabar
 A arca de Noé, o dirigível
 Não voam nem se pode flutuar
 Não voam nem se pode flutuar
 Eh! Oh! Oh! Vida de gado
 Povo marcado eh! Povo feliz...

(Zé Ramalho. Ed. EMI Songs BR-SME-79/00007)

08) Considerando aspectos sintático-semânticos do texto e seu funcionamento, sinalize as assertivas corretas (C) e as erradas (E):

- I) No 31º verso, *Não voam nem se pode flutuar*, a flexão de plural em “voam” justifica-se pela concordância com o sujeito da oração, cujos núcleos são *arca de Noé* e *dirigível*.
- II) No 4º verso, *E dar muito mais do que receber*, a preposição *de*, empregada antes de *que*, é exigência sintática da forma verbal *dar*; portanto sua retirada implicaria prejuízo à correção gramatical do período.
- III) No 6º verso, *À margem do que possa parecer*, a ausência do acento indicativo de crase altera a função sintática do termo *à margem*.
- IV) No 17º verso, *Demoram-se na beira da estrada*, o deslocamento do pronome *se* para imediatamente antes da forma verbal *demorar – se demoram na beira da estrada –* não prejudicaria a correção gramatical do texto, segundo a tradição.

A sequência correta é:

- a) C E C E.
- b) C C E E.
- c) E C E C.
- d) C E E E.
- e) C C C E.

09) A alternativa em que o vocábulo *já* tem o mesmo significado que aquele presente no 8º verso – *Já sente a ferrugem lhe comer* – é:

- a) Agradeço desde *já* qualquer ajuda que possa conceder.
- b) Ela foi tão rude, que ele *já* não queria vê-la.
- c) O eleitor *já* vê os resultados da campanha.
- d) Como terei entrevista à noite, *já* deixei o currículo pronto.
- e) Se eles aprenderem a votar, *já* é um bom começo.

10 Os enunciados dispostos abaixo formam o texto “O leão fugido” do autor Millôr Fernandes (1963, com adaptações). Reconstitua o texto, recuperando a ordem correta desses enunciados. Em seguida, assinale a sequência correta.

- () O cavalheiro, ouvindo o aviso, voltou-se.
- () E morreu de um ataque do coração.
- () Não adianta nada.
- () Viu o leão.
- () Acabei de ouvir dizer que um macaco fugiu do circo agora mesmo.
- () Bateu delicadamente nas costas do senhor,
- () Aí caminhou pé ante pé.
- () E disse disfarçando a voz leonina o mais possível.
- () O leão então murmurou tristemente:
- () É tal a nossa fama de ferocidade
- () quando viu um senhor à sua frente.
- () que matamos,
- () Um leão fugido do circo vinha correndo pela rua
- () mesmo quando queremos agir em favor do próximo
- () Cavalheiro, tenha cuidado e, muita calma;

A sequência correta é:

- a) 15, 6, 5, 9, 10, 3, 7, 11, 8, 13, 1, 4, 12, 14, 2.
- b) 5, 1, 7, 4, 13, 15, 3, 8, 10, 11, 2, 6, 9, 12, 14.
- c) 13, 11, 6, 15, 7, 4, 8, 9, 3, 5, 10, 12, 1, 2, 14.
- d) 13, 11, 7, 6, 8, 15, 5, 1, 4, 2, 9, 3, 10, 12, 14.
- e) 13, 7, 11, 1, 8, 3, 10, 12, 6, 2, 9, 15, 5, 4, 14.

Legislação

11 De acordo com a Constituição Federal de 1988, a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende:

- a) União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios.
- b) União, Estados, Distrito Federal e Municípios.
- c) União, Estados e Municípios.
- d) União, Distrito Federal e Municípios.
- e) União, Estados, Distrito Federal e Territórios.

12 O município pode ser definido como pessoa jurídica de direito público interno e autônoma nos termos e de acordo com as regras estabelecidas na Constituição Federal de 1988. Sendo assim, assinale a alternativa que NÃO corresponde a uma das competências do município:

- a) legislar sobre assuntos de interesse local.
- b) instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei.
- c) criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si.
- d) manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação infantil e de ensino fundamental.
- e) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

13 Excepcionalmente, a Constituição Federal de 1988 prevê situações (de anormalidade) em que haverá intervenção, suprimindo-se, temporariamente, a autonomia dos entes federativos. As hipóteses, por trazerem regras de anormalidade e exceção, devem ser interpretadas restritivamente, consubstanciando-se um rol taxativo. Sobre intervenção, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para manter a integridade nacional.
- b) O Estado poderá intervir em seus Municípios, assim como a União nos Municípios localizados em Territórios Federais quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada.
- c) A União poderá intervir nos Estados e no Distrito Federal para repelir invasão estrangeira ou de uma unidade da federação em outra.
- d) Se não estiver funcionando o Congresso Nacional ou a Assembleia Legislativa, far-se-á convocação extraordinária, no prazo de 30 dias.
- e) No caso de desobediência a ordem ou decisão judiciária, a decretação da intervenção dependerá de requisição do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça ou do Tribunal Superior Eleitoral.

14 O art. 18, §4º, da Constituição Federal de 1988, com a nova redação dada pela Emenda Constitucional n. 15/96, estabelece as regras para a criação, incorporação, fusão e desmembramento de Municípios, nos seguintes termos:

- a) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- b) Os municípios serão criados, incorporados e desmembrados por lei municipal, mediante referendo, sem que seja necessária a divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- c) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei municipal, dentro do período determinado por lei estadual, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.
- d) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios far-se-ão por lei federal e dependerão de consulta prévia, mediante referendo, às populações dos Municípios envolvidos, sem que haja necessidade de divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal.
- e) Os municípios serão criados, incorporados ou desmembrados de acordo com o interesse do governante público, sem que seja necessária a criação de lei estadual, nem consulta prévia às populações dos Municípios envolvidos, buscando sempre o interesse público.

15 Nos termos do art. 6º da Constituição Federal, são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. Sobre os direitos sociais é correto afirmar:

- a) A Constituição Federal fixa que a remuneração do serviço extraordinário será superior em 35% à do normal.
- b) Nos termos da Constituição Federal, a existência de seguro contra acidentes de trabalho pago pelo empregador, impede que ele venha a ser condenado a indenizar o seu empregado, em caso de acidente durante a jornada normal de trabalho.
- c) Há proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 21 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 12 anos.
- d) É assegurado aos trabalhadores urbanos e rurais, pela Constituição Federal, fundo de garantia do tempo de serviço; gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal; e décimo terceiro salário com base na remuneração integral ou no valor da aposentadoria.
- e) Não cabe ao sindicato a defesa dos direitos e dos interesses coletivos ou individuais da categoria, mesmo em questões administrativas ou judiciais

16 Princípios são regras gerais que a doutrina identifica como condensadoras dos valores fundamentais de um sistema. Sobre os princípios constitucionais da Administração Pública, assinale a alternativa correta:

- a) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.
- b) São princípios constitucionais da Administração Pública apenas os princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.
- c) O princípio da eficiência foi acrescentado ao rol dos princípios constitucionais do caput do artigo 37 da Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 45/04.
- d) A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá, somente, aos princípios da legalidade, impessoalidade e publicidade.
- e) A Administração Pública não obedecerá a nenhum princípio constitucional.

17 A licitação é um procedimento obrigatório que antecede a celebração de contratos pela Administração Pública. A Lei n. 8.666/93 estabelece normas gerais sobre licitações e contratos administrativos pertinentes a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações e locações no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Sobre o processo de licitação, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Compete privativamente à União legislar sobre normas gerais de licitação e contratação, em todas as modalidades, para as administrações públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- b) Constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso, a de menor preço, a de melhor técnica, a de técnica e preço, e a de maior lance ou oferta.
- c) Será desclassificada a proposta que não atenda às exigências do ato convocatório de licitação.
- d) A Administração pode descumprir as normas e condições do edital de licitação.
- e) No julgamento das propostas, a Comissão levará em consideração os critérios objetivos definidos no edital ou convite, os quais não devem contrariar as normas e princípios estabelecidos pela lei.

18 Sobre a responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta:

- a) Atualmente, a teoria da responsabilidade do Estado adotada pelo ordenamento jurídico brasileiro é a Teoria da Irresponsabilidade Estatal.
- b) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- c) A Teoria da Responsabilidade sem Culpa era própria dos Estados Absolutistas nos quais a vontade do rei tinha força de lei.
- d) A Teoria da Irresponsabilidade Estadual foi a primeira tentativa de explicação a respeito do dever estatal de indenizar particulares por prejuízos decorrentes da prestação de serviços públicos.
- e) As pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos não responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros.

19] Ato administrativo é toda manifestação expedida no exercício da função administrativa, com caráter infralegal, consistente na emissão de comandos complementares à lei, com a finalidade de produzir efeitos jurídicos. Sobre os atos administrativos, assinale a alternativa correta:

- a) Os atos administrativos não precisam ser motivados, nem conter indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos.
- b) A administração deve revogar seus próprios atos, quando eivados de vício de legalidade, e pode anulá-los por motivo de conveniência e oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.
- c) A administração tem o dever de explicitamente emitir decisão nos processos administrativos e sobre solicitações ou reclamações, em matéria de sua competência.
- d) O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em 8 anos, contados da data em que foram praticados, mesmo que comprovada a má-fé.
- e) Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis não poderão ser convalidados pela própria administração.

20] Pode-se conceituar contrato administrativo como o ajuste estabelecido entre a Administração Pública, agindo nessa qualidade, e terceiros, ou somente entre entidades administrativas, submetido ao regime jurídico-administrativo para a consecução de objetivos de interesse público. Sobre os contratos administrativos, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Aos contratos administrativos serão aplicados, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e das disposições de direito privado.
- b) É cláusula necessária em todo contrato administrativo a que estabeleça o regime de execução ou a forma de fornecimento.
- c) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstruir os já produzidos.
- d) O contratado é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.
- e) A administração pública responde subsidiariamente com o contratado pelos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.

Legislação Municipal

21 Com respeito a Posse em cargos públicos, conforme previsão no Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos de Montadas, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta:

- I) A posse não poderá se dar através de procuração específica.
 - II) Haverá posse nos cargos de provimento por nomeação e comissão, devendo no ato da posse o funcionário apresentar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública.
 - III) Será tornado sem efeito o ato de provimento, se a posse não ocorrer no prazo de 30 dias contados da publicação do ato de provimento, prorrogável por mais 30 dias, a requerimento do interessado.
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Apenas a afirmativa II está correta.
 - c) Apenas a afirmativa III está correta.
 - d) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - e) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.

22 Para o Regime Jurídico Único do Servidor Público do Município de Montadas, o retorno à atividade de funcionário aposentado por invalidez quando, por junta médica oficial, forem declarados insubsistentes os motivos determinantes da aposentadoria, é o conceito de:

- a) Substituição.
- b) Reversão.
- c) Readaptação.
- d) Aproveitamento.
- e) Reintegração.

23 Quanto ao direito de petição, previsto na Lei 257/1997, o direito de requerer proveniente do ato de demissão, prescreve em:

- a) 1 ano.
- b) 3 anos.
- c) 5 anos.
- d) 8 anos.
- e) 10 anos.

24 De acordo com a lei Orgânica do Município, analise as afirmativas abaixo e assinale a alternativa correta.

- I) A remuneração do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Vereadores será fixada pelo Poder Executivo Municipal no último ano da legislatura, até dia 31 de dezembro de cada ano, vigorando para a legislatura seguinte.
 - II) A remuneração do Prefeito será composta de subsídios e verba de representação.
 - III) O Vice-Prefeito não poderá receber verba de representação, que ultrapasse a metade da que for fixada para o Prefeito.
- a) I, II e III estão corretas.
 - b) Apenas a afirmativa I está correta.
 - c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - e) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.

25 Com fundamento da Lei 217/1990, assinale a assertiva ao lado e assinale a afirmativa correta. A lei Orgânica Municipal poderá ser emendada mediante proposta:

- I) De 1/3 (um terço), no mínimo, dos membros da Câmara Municipal.
 - II) Do Prefeito Municipal.
 - III) De iniciativa popular.
- a) Apenas a afirmativa I está correta.
 - b) Apenas a afirmativa II está correta.
 - c) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
 - d) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
 - e) I, II e III estão corretas.

Conhecimentos Específicos

26 Tributo que constitui uma exação não vinculada, no intuito de proporcionar uma exigência cujo fato gerador não se vincula a uma atividade estatal específica relativa ao contribuinte ou por ele provocada, que independe de contraprestação específica, e tem por incidência à transferência do domínio útil.

Assinale a alternativa correta:

- a) IPTU
- b) ITBI
- c) ISS
- d) Taxa de resíduos sólidos
- e) Contribuição de melhoria.

27 A decadência tributária preconiza a perda do direito do Estado de lançar um tributo, e é fixada como uma das hipótese de extinção do crédito tributário. Nesse sentido, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- b) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento tributário anteriormente efetuado.
- c) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se definitivamente com o decurso do prazo de cinco anos contado a partir de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.
- d) O direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após cinco anos, contados da ocorrência do fato gerador.
- e) A decisão que anula o lançamento motivada pelo vício formal, interrompe a decadência, fazendo reiniciar o prazo de cinco anos para a Administração Tributária realizar a constituição do crédito tributário.

28 A respeito da compensação tributária assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O mandado de segurança constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.
- b) É vedada a compensação mediante o aproveitamento de tributo, objeto de contestação judicial pelo sujeito passivo, antes do trânsito em julgado da respectiva decisão judicial.
- c) A compensação de créditos tributários não pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.
- d) No direito tributário a compensação é auto-aplicável nos limite da legislação tributária.
- e) A compensação tributária efetiva-se em face do recolhimento a maior de determinado tributo e pretende evitar o ressarcimento do excedente por meio do regime de precatórios.

29 A competência e os poderes de fiscalização das autoridades administrativas, em matéria tributária, é assunto regulado pelo Código Tributário Nacional e pela a Constituição Federal. Nesse norte, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) A fiscalização tributária tem, em regra, o direito de examinar livros, documentos, faturas, notas, registros, mercadorias, não se aplicando em sentido contrário, as normas comerciais que negam ou limitam esse poder.
- b) São passíveis de fiscalização tributária tanto pessoas físicas quanto pessoas jurídicas, contribuintes ou não, mesmo que se trate de entidade imune ou isenta.
- c) A Fazenda Pública e seus servidores, sem prejuízo da legislação criminal, estão, por sua vez, proibidos de divulgar informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira do sujeito passivo ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades, ressalvado a mútua assistência entre a Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e troca de informações com Estados estrangeiros, na forma estabelecida em tratados, acordos ou convênios.
- d) A Constituição Federal atribui competência ao Senado Federal para avaliar periodicamente o desempenho da administração tributária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e a funcionalidade do sistema tributário nacional.
- e) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados até que ocorra a decadência dos créditos tributários decorrentes das operações a que se refiram.

30 Acerca das limitações constitucionais tributária na Constituição Federal, assinale a alternativa INCORRETA a respeito do princípio da anterioridade comum e nonagesimal.

- a) A base de cálculo do IPTU não está sujeito à anterioridade nonagesimal, no entanto, está sujeito à anterioridade comum.
- b) O Supremo Tribunal Federal assegurou que o princípio da anterioridade tributária é reconhecido como direito individual, sendo assim, cláusula pétrea e por isso não pode ser abolido ou substancialmente alterado por emenda à Constituição.
- c) Segundo a Constituição Federal, medida provisória que implique instituição ou majoração de tributo só produzirá efeitos no exercício financeiro seguinte, se houver sido convertida em lei até o último dia daquele em que foi editada.
- d) A anterioridade nonagesimal começa a ser contada da data em que foi publicada a lei ou medida provisória que instituiu ou aumentou o tributo, e não do exercício financeiro seguinte.
- e) Para o Supremo Tribunal Federal norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária não se sujeita ao princípio da anterioridade comum ou nonagesimal.

31 Marque a alternativa INCORRETA sobre limitações constitucionais a competência tributária.

- a) O caráter confiscatório do tributo será analisado pelo Judiciário no caso concreto e deve considerar a carga tributária decorrente da totalidade dos tributos.
- b) O princípio da irretroatividade é uma limitação à cobrança de tributos, todavia, as leis exclusivamente interpretativas e as que concedem remissão ou anistia podem ser retroativas.
- c) É vedado à União instituir tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Municípios, em detrimento de outro.
- d) A imunidade objetiva consagrada na Constituição Federal abrange os filmes e papéis fotográficos necessários à publicação de jornais e periódicos.
- e) O princípio da liberdade de tráfego de pessoas ou bens veda tão-somente que o tributo tenha como hipótese de incidência o tráfego interestadual de pessoas ou bens, mas permite a tributação de circulação de mercadoria entre Estados da Federação.

32 A progressividade é técnica de incidência de alíquotas variadas, cujo aumento se dá na medida em que se majora a base de cálculo do gravame. O critério diz com o aspecto quantitativo, do que decorre tanto a progressividade fiscal como a progressividade extrafiscal. A primeira alia-se ao brocardo “quanto mais se ganha, mais se paga”, no intuito meramente arrecadatório, que permite onerar mais gravosamente a riqueza tributável maior. A segunda por sua vez, fia-se à modulação de condutas, no bojo do interesse regulatório.

Eduardo Sabbag. Manual de Direito tributário. 1ª edição, 2ª tiragem. Editora Saraiva. 2009, p. 921.

Considerando a ideia do texto mencionado e os dispositivos legais e constitucionais sobre os impostos municipais, julgue o item correto a seguinte.

- a) O ISS é um imposto que terá progressividade extrafiscal de alíquotas.
- b) O IPTU poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.
- c) O ITBI será progressivo em razão do valor do imóvel.
- d) O ISS poderá ser progressivo em razão da locação de bens móveis.
- e) O IPTU será progressivo em razão do valor do imóvel.

33 A respeito do ITBI assinale a opção correta:

- a) Incide sobre a transmissão de bens ou direitos incorporados ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital.
- b) Incide sobre a transmissão de bens ou direitos decorrente de fusão, incorporação, cisão ou extinção de pessoa jurídica.
- c) Não incide sobre a atividade preponderante do adquirente a fim de concretizar a compra e venda desses bens ou direitos.
- d) É inconstitucional a lei que estabelece alíquotas progressivas para o imposto de transmissão inter vivos de bens imóveis, com base na valor venal do imóvel.
- e) A arrecadação do ITBI compete ao Município da situação do bem ou do domicílio do contribuinte.

34 Assinale a alternativa correta:

- a) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- b) As taxas são tributos cujo produto de arrecadação não pode ser previamente afetado a determinado órgão, fundo ou despesa, ressalvada as exceções constituição estabelecidas.
- c) Pressupondo tanto a atividade realizada pelo Estado, como o enriquecimento do contribuinte, as taxas apresentam-se como tributo cujo fato gerador será não vinculado a uma atividade estatal específica ao contribuinte.
- d) A cobrança de taxa de matrícula nas universidades públicas não viola o princípio da gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- e) Enquanto os tributos têm como fonte exclusiva a lei e se caracterizam pelo jus imperii do Estado, os preços públicos constituem receita originária decorrente da contraprestação por um bem, utilidade ou serviço numa relação de cunho negocial, no entanto, compulsória.

35 A Lei Complementar que regula os fatores geradores, base de cálculo, alíquotas e contribuintes do ISS em nível constitucional, não poderá dispor:

- a) sobre as alíquotas máximas.
- b) sobre as alíquotas mínimas.
- c) sobre alíquotas diferentes de acordo com a prestação de serviço.
- d) sobre a exclusão da sua incidência exportações de serviços para o exterior.
- e) sobre a regulação da forma e as condições como isenções, incentivos e benefícios fiscais serão concedidos e revogados.

36 Realizada obra pública que implique particular enriquecimento de determinados contribuintes, podem estes ser chamados ao seu custeio em função de tal situação peculiar que os distingue. Efetivamente, havendo benefício direto para algumas pessoas, é razoável que o seu custeio não se dê por toda a sociedade igualmente, mas, especialmente, por aqueles a quem a obra aproveite.
Leandro Palsen. Curso de Direito tributário Completo. 4ª edição. Editora Livraria do Advogado, 2012.

Considerando o texto transcrito e o tema que ele focaliza, assinale a alternativa correta:

- a) O texto retrata a incidência do ISS sobre a prestação de serviço de construção civil.
- b) O texto representa a incidência de taxa de construção sobre a prestação de serviço de construção civil.
- c) O texto menciona a ocorrência do fato gerador da contribuição de melhoria.
- d) O texto descreve a ocorrência do fato gerador do imposto sobre transmissão "inter vivos" de bens imóveis.
- e) O texto ressalta a incidência da taxa de Poder de Polícia.

37 Sobre a contribuição de melhoria assinale a alternativa correta.

- a) De competência comum será cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.
- b) De competência exclusiva e será cobrada apenas pelos municípios.
- c) De competência privativa e será cobrada apenas pelos municípios.
- d) De competência especial e será cobrada apenas pelos municípios.
- e) De competência privativa e será cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios.

38 Em desacordo com o Código Tributário Nacional, marque a alternativa correta a respeito das taxas em razão da prestação de serviços públicos.

- a) Será considerada utilizada pelo contribuinte de forma efetiva, quando por ele usufruídos a qualquer título.
- b) Será considerada utilizada pelo contribuinte potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- c) Será considerada utilizada pelo contribuinte de forma efetiva quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos à sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento.
- d) Será considerada específica, quando possa ser destacada em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas.
- e) Será considerada divisível, quando suscetível de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

39 De acordo com o Código tributário Nacional, marque a opção INCORRETA sobre as causas de suspensão do crédito tributário:

- a) A lei que conceda moratória em caráter geral especificará o prazo de duração do favor e os tributos a que se aplica.
- b) A concessão da moratória em caráter individual não gera direito adquirido e será revogado de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumprira ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se o crédito acrescido de juros de mora.
- c) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória poderá abranger os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.
- d) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- e) A concessão de medida liminar em mandado de segurança é causa de suspensão do crédito tributário.

40 Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, instituir impostos sobre:

- a) fatos imponíveis uns dos outros imputados sobre o patrimônio, a renda ou os serviços da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
- b) fonogramas e videofonogramas musicais produzidos no Brasil contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham, salvo na etapa de replicação industrial de mídias ópticas de leitura a laser.
- c) livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.
- d) o patrimônio, à renda e aos serviços, relacionados com exploração econômica estatal em que haja contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.
- e) às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, no que se refere ao patrimônio, à renda e aos serviços, desse que vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

RASCUNHO

IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO

Nome: _____ Carteira nº _____